



**PAUTA
PARA A 66ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 18 DE MAIO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2018, de autoria do deputado Coronel Camilo. Altera o "caput" do artigo 17 do Decreto-Lei nº 260, de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado.

2 - Projeto de lei nº 328, de 2018, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dá a denominação de "Professor Norival Vieira da Silva" à Escola Estadual Recanto dos Pássaros, em Ourinhos.

3 - Projeto de lei nº 329, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o apostilamento de títulos das carreiras de praças da Polícia Militar do Estado ao posto de 2º Tenente.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Susta a Resolução ST - 7, de 23 de abril, de 2018, que estabelece prazo para envio de documentação de que trata o §3º do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril, de 2015.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 323, de 2018, de autoria do deputado Coronel Telhada. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos São Pedro Julião Eymard - ASPE", em São Carlos.

2 - Projeto de lei nº 324, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira AgroArt", em Elias Fausto.

3 - Projeto de lei nº 325, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Torna obrigatória a presença de equipe de prevenção e resposta a emergências nos quadros das empresas contratadas para prestação de obras e realização de serviços ao poder público estadual.

4 - Projeto de lei nº 326, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Classifica Álvares Machado como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 327, de 2018, de autoria do deputado Márcio Camargo. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Celebração do Vesak, no Templo Zu Lai, em Cotia.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 317, de 2018, de autoria do deputado José Zico Prado. Dá a denominação de "Professora Adélia Cristina Borgato Gryszenko" à Escola Estadual Residencial São José, em Paulínia.

2 - Projeto de lei nº 318, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Pastel", em Dobrada.

3 - Projeto de lei nº 319, de 2018, de autoria do deputado Gilmar Gimenes. Isenta do pagamento da anuidade dos conselhos profissionais os recém-formados com até doze meses da graduação que não estejam exercendo a respectiva profissão.

4 - Projeto de lei nº 320, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-10 "Ministro Fernando Costa", em Ubatuba.

5 - Projeto de lei nº 321, de 2018, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Dá a denominação de "Zulmiro Marques Assumpção" à rotatória localizada no km 236 da Rodovia Professor Boanerges Nogueira de Lima - SP 340, em Casa Branca.

6 - Projeto de lei nº 322, de 2018, de autoria do deputado Márcio Camargo. Declara o templo budista Zu Lai, localizado em Cotia, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 312, de 2018, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Declara de utilidade pública a "ECOPHALT - Cidadania e

Sustentabilidade, Ecologia com Praticidade", em Praia Grande.

2 - Projeto de lei nº 313, de 2018, de autoria do deputado Wellington Moura. Dá a denominação de "Francisco José Hial" à Delegacia de Polícia de Ourinhos.

3 - Projeto de lei nº 314, de 2018, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Classifica Chavantes como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 315, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Classifica Descalvado como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 316, de 2018, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dá a denominação de "Pedro Morelato" ao trevo de acesso ao 3º Distrito Industrial de Tupã, localizado na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, no km 522 + 800 m, naquele Município.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 306, de 2018, de autoria do deputado Rafael Silva. Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido em todo o Estado.

2 - Projeto de lei nº 307, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Jardim Alto do Taipas", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 308, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação Maria Flos Carmeli", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 309, de 2018, de autoria do deputado Fernando Capez. Institui o "Programa Mediação Escolar e Comunitária" com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação pública paulista.

5 - Projeto de lei nº 310, de 2018, de autoria do deputado Caio França. Dispõe sobre a proporcionalidade de banheiros femininos portáteis em eventos públicos e privados no Estado.

6 - Projeto de lei nº 311, de 2018, de autoria do deputado Caio França. Dispõe sobre o transporte de animais domésticos no serviço intermunicipal de

passageiros de Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT.

7 - Moção nº 27, de 2018, de autoria do deputado Pedro Kaká. Aplauda o trabalho dos finalistas, dos jurados e dos organizadores da etapa nacional do Campeonato de Cosplay (C.W.M. Brasil - Cosplay World Master Brasil), edição 2017/2018.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

9ª Sessão

Projeto de lei nº 273, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 354, de 2016, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani no Estado. Parecer nº 672, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 481, de 2016, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de telas e gaiolas de proteção nas passarelas e viadutos das rodovias estaduais administradas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), bem como naquelas sob concessão da iniciativa privada. Parecer nº 673, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1077, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir, em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Intolerância e Defesa do Direito da Liberdade Religiosa. Parecer nº 671, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2016, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC- 008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda.

2 - Moção nº 15, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela ao Senhor Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de Projeto de Lei vislumbrando a inclusão das contribuições realizadas em favor de entidades não lucrativas que tenham por finalidade a proteção dos animais no rol de contribuições passíveis de serem deduzidas do imposto de renda apurado, especificamente elencadas no artigo 12 da Lei Federal n.º 9.250, de 1995.